



GEOPOLÍTICA E HISTÓRIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TEMAS E AGENDAS CONTEMPORÂNEOS

Antônio Otávio Costa Adão¹ Gabriel Abílio de Lima Oliveira²

RESUMO

A presente proposta tem por objetivo o desenvolvimento de um material paradidático sobre temas e agendas relevantes das relações internacionais contemporâneas a partir de uma abordagem geopolítica e histórica. Em primeiro lugar, pressupõe-se necessária uma visão crítica e sistemática sobre o domínio das questões internacionais para um ensino comprometido com a formação cidadã e integral. Em segundo lugar, reconhece-se o desafio de desenvolver um trabalho cientificamente rigoroso e formalmente acessível sobre matérias cuja natureza pública, política e interdisciplinar desperta interesse e dificuldade. Isso porque as pesquisas acadêmicas em relações internacionais são voltadas a um público restrito e a quantidade de informações e análises disponíveis no mundo virtual são, por vezes, fragmentárias. Em suma, tendo por base esses desafios de ordem didático-pedagógica e teórico-metodológica, busca-se disponibilizar, a partir de pesquisa que envolva o público discente do Instituto Federal de Minas Gerais, um conjunto de análises e reflexões organizadas, científicas e acessíveis sobre o referido objeto de estudo.

Palavras-chave: Geopolítica. História. Relações Internacionais.

1 INTRODUÇÃO

Não raro, a complexidade dos cenários geopolíticos, históricos e econômicos das relações internacionais contemporâneas surge sob a síntese conceitual precária de “atualidades”. Tal concepção, que prescinde de validade científica, serve a finalidades distintas, desde a reprodução de análises enviesadas a partir de informações fragmentárias até a composição de disciplina curricular que escamoteia a negligência estrutural com relação ao que se convencionou denominar ciências humanas. Nenhuma dessas finalidades está comprometida com uma formação crítica, humana e cidadã. No limite, diante das concepções açodadas sobre interdisciplinaridade e da falta tratamento prioritário com relação a determinadas áreas do conhecimento, corre-se o risco do apagamento da própria História e da Geografia enquanto disciplinas para dar lugar a construtos epistemológicos questionáveis.

¹ Discente do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG – Campus Bambuí.

² Docente de História do IFMG – Campus Bambuí.



A partir da reflexão sobre a deficiência inerente aos referidos domínios acadêmicos no processo de ensino-aprendizagem e no debate público cotidiano, propõe-se a construção de um material paradidático que apresente, com um tratamento teórico-metodológico e analítico rigoroso, uma seleção dos principais temas e agendas das relações internacionais contemporâneas. Os critérios básicos para a divisão dos grandes eixos de reflexão partem de caracterizações geopolíticas que dialogam com padrões formais de natureza geográfica, identidades político-culturais e interesses estratégicos de agentes estatais e não-estatais, a saber: América do Norte, América Central e Caribe, América do Sul, Grande Oriente Médio, África Subsaariana, Ásia-Pacífico, Europa e Rússia. Em termos de temas e agendas prioritários, tem-se em consideração tanto os domínios da segurança e da estratégia, tradicionalmente definidos por “alta política”, quanto os domínios da chamada “baixa política”, tais quais o comércio internacional, o meio ambiente, os direitos humanos, as desigualdades e as interseccionalidades (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, pp. 3-14).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Considerações teóricas

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, duas correntes teóricas balizaram o primeiro grande debate sobre a relação entre agentes e estruturas no cenário internacional. Hegemônico no período entreguerras, o realismo clássico centrou-se nos Estados soberanos, cuja prioridade seria sobreviver e acumular poder em um sistema internacional anárquico, ou seja, sem hierarquizações pré-concebidas, e caracterizado pela distribuição de, ou equilíbrio entre, capacidades relacionais, *status quo* e influência. Já o liberalismo clássico, sem abandonar a centralidade do Estado, baseou-se nas interações entre indivíduos, instituições e economia. Assim, o desenvolvimento do comércio internacional através de vantagens comparativas geraria interdependência e reciprocidade entre os Estados que, ao pactuar instituições internacionais legitimadas por uma opinião pública democrática, conteriam os imperativos de tirania interna e de guerra internacional (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, pp. 20 -104).

Com o tempo, mudanças no mundo acadêmico levaram o realismo e o liberalismo a incorporar críticas sem perder seu protagonismo científico, notadamente a partir de



preocupações metodológicas, epistemológicas e interparadigmáticas, fundamentais para o cenário da disciplina no pós-Segunda Guerra (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, pp. 4-8). No campo realista, Kenneth Waltz chamou a atenção para o posicionamento das unidades no sistema. Mais que analisar os Estados, era preciso considerar uma estrutura “definida pelo arranjo de suas partes” (WALTZ, 1979, p. 81, tradução nossa). No campo liberal, sob influência do pragmatismo funcionalista, Joseph Nye e Robert Keohane desenvolveram o conceito de interdependência complexa, baseada em múltiplos canais de negociação da sociedade internacional e na decrescente necessidade do uso da força diante da possibilidade de cooperação e diálogo entre os agentes (NYE & KEOHANE, 2012, pp. 19-32).

As renovações nos campos realista e liberal desenvolveram-se em meio a dinâmicas conjunturais e estruturais das relações internacionais. No pós-Segunda Guerra e durante a Guerra Fria, o multilateralismo de dimensão universal, sobretudo através da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuiu para a emergência e a consolidação de temas e agendas antes tratados de maneira subsidiária ou mesmo negligenciados. A descolonização do mundo afro-asiático, as desigualdades econômicas entre os países do Norte e do Sul global e os cenários de insegurança gerados pela corrida armamentista ganharam destaque nas políticas externas das nações não-alinhadas, à procura de uma inserção mais efetiva no sistema internacional.

A emergência dessas novas preocupações foi relevante para o surgimento e o aprimoramento de outras vertentes teóricas para além de realistas e liberais. Em diálogo com a tradição marxista, nomeadamente a Escola de Frankfurt e a obra de Gramsci, a teoria crítica questionou algumas das premissas positivistas através de abordagens interparadigmáticas comprometidas com novas questões: a cultura, a ética e o questionamento à suposta neutralidade da razão instrumental ilustrada (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, 132-161). A partir de distintas percepções sobre a importância da linguagem na construção social da realidade, o construtivismo deu primazia à construção social da realidade e ao questionamento das hierarquias entre agente e estrutura, com ênfase em ideias e valores (WENDT, 1992).

Os autores pós-coloniais atentam para o fato de que a vertente tradicionalista contribuiu, através de construtos epistemológicos hegemônicos, para a legitimação e a reprodução das desigualdades políticas e econômicas interseccionais advindas das arquiteturas globais de poder (CHOWDHRY & NAIR *in* Ibidem, 2004, 2004:1-32). Portanto, os estudos pós-coloniais, por vezes em diálogo com o feminismo e com outras agendas que partem do



questionamento às estruturas seculares de poder, ensejam relevantes processos de mudança, a exemplo das “políticas externas feministas” e da visibilidade conferida às questões étnico-raciais a partir da agenda onusiana (FARIA & BALBINO, 2022, pp.2-10).

Diante destas considerações, cumpre sintetizar algumas diretrizes teóricas norteadoras da presente proposta. Por um lado, reconhece-se a relevância dos campos teóricos do realismo e do liberalismo, que possuem repertório adequado para tratamento de problemas relativos à defesa, à segurança, ao comércio internacional e às próprias organizações internacionais. Por outro lado, deve-se incorporar as contribuições dos campos científicos que apresentaram questionamentos e renovações. Temas e agendas relativos ao meio ambiente, aos direitos humanos, às desigualdades interseccionais e mesmo ao cenário da defesa, do comércio e da segurança não podem prescindir da teoria crítica, do construtivismo e dos estudos pós-coloniais. Resta destacar que a maior ou menor recorrência de determinada abordagem da teoria das relações internacionais ao longo do trabalho vincula-se à especificidade do problema em tela e ao percurso metodológico a ser desenvolvido. Reconhece-se, assim, a seletividade característica aos próprios domínios acadêmicos e necessária em qualquer trabalho de pesquisa.

2.2 Considerações metodológicas

Até o presente momento, o trabalho foi desenvolvido em duas etapas. Nos primeiros três meses, houve encontros para discussão do projeto e de leituras sobre história, geopolítica e relações internacionais. Nessa etapa, os discentes tiveram contato com alguns aspectos básicos da Geopolítica e das Relações Internacionais, com ênfase nas principais correntes teóricas – realismo, liberalismo, teoria crítica, marxismo, construtivismo, pós-colonialismo e feminismo – e na história das relações internacionais da Paz de Vestfália (1648) ao pós-Guerra Fria. No que tange ao desenvolvimento da escrita, houve redefinições quanto à estrutura dos capítulos. Dos oito capítulos iniciais, conforme pontuado na Introdução, passou-se a uma estrutura com seis capítulos: Oriente Médio, Rússia, China, EUA e Europa Ocidental, África e América Latina. Possibilitou-se, assim, um panorama mais sintético e enfatizou-se a um ator geopolítico fundamental nas relações internacionais contemporâneas – a China.

Até o momento, foram redigidos, com a respectiva leitura de revisão do bolsista, os capítulos de Oriente Médio e Rússia. O capítulo de China encontra-se na fase final de redação.



A abordagem conta com seleção bibliográfica e análise de fontes primárias, sobretudo discursos, livros e tratados internacionais. Foi publicado artigo de divulgação científica com o tema de Oriente Médio. Dois artigos - Rússia e Guerra Fria - encontram-se em fase de escrita.

3 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste projeto revelou desafios e perspectivas. Por um lado, trata-se de uma proposta interdisciplinar desenvolvida em um campo científico-educacional e social caracterizado por concepções limitadas sobre as dinâmicas internacionais e questionamentos à legitimidade epistemológica das ciências humanas. Some-se a esse cenário o tempo exíguo de que a comunidade acadêmica – discentes e docentes – dispõe para o trabalho de pesquisa, em meio à multiplicidade de suas demandas. Por outro lado, vislumbra-se a perspectiva de concluir a proposta com o apoio das iniciativas institucionais, que proporcionam a ampliação da crítica reflexiva e a inclusão da comunidade acadêmica em um panorama produtivo de relevância para o cotidiano escolar e para a formação cidadã.

REFERÊNCIAS

CHOWDHRY, Geeta & NAIR, Sheila. Introduction. Power in a postcolonial world: race, gender and class in international relations. In: _____. **Power, postcolonialism and international relations: reading gender, race and class**. New York: Routledge, 2004.

FARIA, Vanessa Dolce de & BALBINO, Viviane Rios. Uma política externa feminista para o Brasil: desafios e possibilidades. **Friedrich-Ebert-Stiftung: Ordem Global e Regional**. Novembro de 2022, pp. 2-13. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/19779-20221209.pdf> Acesso em: 27/05/2024.

KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. Boston: Longman, 2012.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison Wesley Publishing Company, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is what the States Make of it: the Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Vol. 46, No. 2 (Spring, 1992), pp. 391-425.